

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 163

A FISIONOMIA DAS CIDADES MINERADORAS

Roberto Luís de Melo Monte-Mór^{*}

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2001**

^{*} Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-UFMG

E-mail: montemor@cedeplar.ufmg.br

A FISIONOMIA DAS CIDADES MINERADORAS*

JEL: N00; R14

Introdução

Até o final do século XVII, o acesso à região mineradora interiorana, conhecida também por Minas dos Cataguases, se fazia pelo Sul, a partir do Rio de Janeiro por barco até Parati e daí serra acima via Taubaté ou Guaratinguetá, onde encontrava o Caminho dos Bandeirantes que, vindo de São Paulo, atravessava a Mantiqueira na garganta do Embaú e atingia as minas; ou então pelo Norte, atravessando os campos da pecuária na Bahia e entrando pelo rio São Francisco (Silva Telles, 1975: 119). Foi apenas no final do século XVII que Garcia Rodrigues Pais, voltando das expedições onde morreu seu pai, Fernão Dias Pais, “tomou a si a empresa, que Artur de Sá lhe incumbiu de abrir uma picada, que saísse da Borda do Campo e acabasse na raiz da Serra do Mar” (Vasconcelos, 1974: 220). Surge então o *Caminho Novo* que, subindo a serra dos Órgãos, passava perto da fazenda do Quitandinha (Petrópolis) e atravessava a serra para atingir Patí do Alferes; daí, descia o ribeirão Ubá, passando pela fazenda do Pau Grande e pela atual vila de Avelar até o rio Paraíba, para atingir então o pouso de Garcia Rodrigues em Paraíba do Sul. A partir daí seguia o rio Paraibuna (onde se implantou posteriormente a ferrovia Central do Brasil) e subia a serra da Mantiqueira até Borda do Campo (Barbacena), de onde seguia para Queluz, Congonhas do Campo, Ouro Branco, Itabira do Campo e Ouro Preto, encurtando assim imensamente a distância até as minas. A partir de então, muitas variações foram criadas, caminhos e descaminhos, estes fugindo dos registros para controle estabelecidos pela Coroa.

Essas diversas tentativas de penetração no interior da mata Atlântica para além da serra do Mar e dos rios do planalto de Piratininga deixaram os caminhos marcados por arraiais dispersos ao longo dos vales, dos rios, dos passos das serras e outros pontos discretos articulando os muitos fluxos. Buscando sítios privilegiados por acidentes geográficos que facilitassem os deslocamentos regionais, os arraiais eram também redefinidos localmente pelo cuidado lusitano na escolha do sítio urbano, garantindo a elevação, o descortínio, a salubridade¹. Ao final do século XVII, quando já proliferavam as descobertas de ouro de aluvião nos leitos dos rios do interior, alguns arraiais já tinham expressão regional, como aqueles que vieram a formar a vila de Sabará, ponto de apoio para os *paulistas* que buscavam, a partir do rio das Velhas, as lendárias “minas de Sabarabussú”.

No interior da região montanhosa, entretanto, diferentemente das áreas de planalto e planície da região costeira onde a ocupação se deu através dos amplos vales, os caminhos por terra seguiam pelos divisores de águas das grandes bacias, evitando vales e rios encaixados de difícil transposição². Ainda hoje chama a atenção dos visitantes fluminenses-cariocas e paulistas,

* Texto apresentado no Painel *Urbanização e Modernidade em Minas Gerais no Século XIX*. VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 13 de maio de 1998.

¹ Ver Murillo Marx (1980) para uma breve discussão do sítio urbano na cidade brasileira.

² As cidades do vale do rio Paraíba - Paraíba do Sul, Vassouras, Barra do Piraí, entre muitas outras, são um

acostumados que estão a andar pelos vales com as montanhas em volta, o fato de as estradas em Minas Gerais se desenvolverem nas encostas e topos dos morros, com ampla visão dos vales, serras e outras referências geográficas.

Pelo alto se chegava e ali também se parava: próximo ao pico do Cauê, em Itabira; ao pico do Itambé, em Diamantina; ao de Itabirito, em Itabira do Campo; ao do Itacolomi, em Ouro Preto, à Serra do Espinhaço em Caeté, e tantos outros. Foi também junto aos rios e ribeirões lindeiros que mais ouro se encontrou: nas bacias do Funil, do Tejuco, do Peixe, do Itabira, entre muitos outros.

Os povoados se distribuíram assim nesses pontos de chegada com a vista do alto da paisagem, derramando-se então em direção aos baixios e não por acaso a primeira ocupação em Ouro Preto se deu no alto de São João³. A produção mineradora, entretanto, se dava primeira e principalmente lá em embaixo, na beira dos córregos, arrancando cascalho, lavando e apurando na bateia. Ali se acampava, como hoje inda se faz (agora com barracos de grosso plástico preto), mas o arraial se desenvolvia nas partes mais altas, junto às capelas, longe do *baixão*. A busca do ouro nas encostas, nas gruiaras perseguindo os veios que se sugeriam, era alternativa ao cascalho dos fundos dos rios, exigindo técnica e investimento maiores, trabalho mais qualificado, eventualmente o uso de rodas d'águas. Mas a maior parte do ouro estava mesmo no aluvião, nas grotas, marcando um “espaço da produção” em áreas muitas vezes pouco propícias à criação de vilas e cidades, segundo a inspiração portuguesa.

A cidade mineradora no contexto colonial: urbanidade precoce e re(li)gião⁴

No interior montanhoso das Minas, o clima frio e chuvoso encorajava a ocupação dos locais altos, mais ensolarados e ventilados. Nas regiões mais quentes - norte de Minas, Goiás, Mato Grosso - os arraiais tenderam mais a se confundir com o espaço de produção nos baixões junto aos rios e/ou velhos meandros abandonados. Nesses casos, os limites entre o espaço da produção e o da reprodução (coletiva) eram menos claros e dados apenas quando da institucionalização do da vila ou da cidade, como ainda hoje acontece na Amazônia: se o ouro progride sobre/sob o território ocupado pelo “tecido urbano”, mudam-se as casas, o comércio incipiente, até mesmo os locais de culto e o arraial vai se afastando do *baixão*, da lama/*melechete* da área garimpada até eventualmente se consolidar em terra firme e distante. Em Cuiabá, diz-se que em dias de chuva forte ainda hoje correm pepitas na enxurrada, o que seria resultado da delimitação “precoce” pela Igreja de um perímetro em torno das capelas onde a

exemplo expressivo de ocupação dos amplos vales de um rio de planície, enquanto Ouro Preto, Sabará, Santa Luzia, Diamantina, Serro e tantas outras exemplificam a ocupação das encostas altas nas regiões mineiras.

³ Há controvérsias sobre datas da fixação em arraiais e da construção das primeiras capelas em Ouro Preto, havendo consenso sobre São João, Padre Faria e Antônio Dias, iniciados no século XVII, mas não quanto a Santana e São Sebastião, ambas em pontos altos da região. Ver Menezes (1975) e FJP (1975).

⁴ O plágio/referência a Chico de Oliveira é uma homenagem também aos seus estudos urbanos no Brasil.

garimpagem era proibida⁵.

As descobertas ou primeiros achados expressivos de ouro definiam o assentamento e implicavam também a construção imediata de capelas, toscas que inicialmente fossem, nos morros, outeiros ou encostas adjacentes onde depositar as imagens trazidas na empreitada e agradecer aos santos de proteção, ao Cristo ou à Virgem. Os arraiais se organizavam então em torno das capelas e se estendiam pelos caminhos de acesso às áreas de mineração. Assim, o tecido urbano resultante era via de regra linear, compondo-se espontaneamente à medida que caminhava a mineração e se fortaleciam suas interligações. Dada a distribuição do ouro em várias grotas e córregos, senão distantes entre si pelo menos separadas por acidentes geográficos, diversas eram as nucleações que surgiam ao longo dos caminhos. O caminho principal, ou caminhos principais, logo ou tarde recebiam ordenações que os transformavam em espaços institucionalizados, garantindo localização privilegiada para o comércio e abastecimento e não mais tratados apenas como espaços de produção, mas já subordinados a controle de ocupação urbana voltados para a reprodução. A rua Direita, herança portuguesa tão encontrada nas cidades mineiras, reflete as tentativas de normatização e ordenação desse espaço urbano em formação.

Em Minas, as povoações “...são muito mais fruto das estradas ou caminhos que ligavam as minerações que propriamente destas. Suas ruas são sempre antigas estradas. Por isso mesmo ainda hoje os habitantes da zona rural tratam a cidade como ‘a rua’, no singular, como uma reminiscência do trecho único da estrada onde se constroem estabelecimentos comerciais. ‘Vou à rua fazer compras’, dizem” (Vasconcellos, 1959:5). Sylvio de Vasconcellos argumenta também que as ruas eram chamadas rua da Matriz, da Câmara ou da Praça não porque nelas estivessem estas construções, mas sim porque eram caminhos que a elas levavam. E as igrejas aparecem externas às quadras, como finalizações ou coroamentos do caminhar, dispostas nos largos, nos entroncamentos, ou mesmo ladeando as ruas pelo alto, impondo ao caminhar quase medieval visões barrocas valorizadas pelos monumentos religiosos e apenas posteriormente (re)afirmando em monumentos e prédios cívicos a presença do Estado.

A consolidação da povoação estava ligada à institucionalização do controle da terra. A princípio, não havia a quem se dirigir para regularizar a posse da terra; apenas catas e datas de mineração eram concedidas pelos escrivões comissionados. Os arraiais se esgarçavam e proliferavam numa tentativa de domínio de posse das áreas de mineração, seguindo o próprio espaço da produção. As construções precárias, inicialmente ranchos coletivos montados a partir de uma combinação esteios e folhas de pindoba ou sapé armadas junto aos barrancos, foram chamadas por Lúcio Costa de uma fusão da oca indígena com os montes do Alentejo (Mello, 1985: 94). A habitação individual, precária, surgiu a seguir, a partir dos clássicos quatro esteios cobertos de palhas, tão comuns ainda hoje em áreas de garimpo. O surgimento da rua se iniciou, pouco demarcada, caracterizada apenas pela sequência de edificações. Sem edificações, o que seria rua era simplesmente estrada, caminho, e assim o espaço urbano virtual se estendia pelos baixios e encostas, livre do controle rígido sobre a terra. De fato, foi este controle, determinado pelo

⁵ Este é um argumento de geólogos da região e carece de documentação reconhecida.

Estado ou pela Igreja, detentora também de terras para distribuição, que deu origem e forma ao que se poderia chamar núcleo urbano⁶.

Murillo Marx, “relendo Sylvio de Vasconcellos”, chama a atenção para o pequeno tamanho das glebas de terras (datas e catas) regulamentadas nas minas, opostas às generosas concessões de terras na colônia como um todo, marcada pelo sistema sesmarial. Nas aglomerações urbanas das minas, os amplos espaços rurais sesmariais vêm como que “a reboque das datas de mineração e dos primeiros acampamentos” (Marx, 1990/92: 390). Marx chama também a atenção para a institucionalização tardia da vida urbana em muitos arraiais e vilas. Mesmo Vila Rica, elevada a vila em 1711 e como tantos outros arraiais, já bastante constituída em suas linhas principais, apenas em 1736 teve demarcada sua sesmaria que havia sido doada cinco lustros antes.

D’Auria et al. (s/d) todavia, argumentam que o tombamento da sesmaria ocorrido em 1734 denota claro intuito de controle régio sobre o espaço urbano⁷. De outra parte, os registros levantados pela equipe que elaborou o Plano de Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana na década de 70 indicam que aforamentos já haviam sido feitos desde 1712 nos diversos arraiais que vieram a compor a Vila Rica: Antônio Dias, Pilar, Paulistas, Pe. Faria, Cruz das Almas, Barra e Caquende (FJP, 1975).

De fato, a controvérsia se mantém. A elevação do povoado à categoria de Vila, simbolizada pelo pelourinho e representada pela Casa de Câmara e Cadeia, significaria a institucionalização do território urbano na medida em que os aforamentos eram sistematizados, sobre eles incidindo impostos locais importantes para a receita do Senado da Câmara. Entretanto, a longa demora em erigir as Casas de Câmara nas vilas criadas denota a fragilidade do poder organizador do espaço. Em Vila Rica, já capital provincial, foram diversas as tentativas frustradas de construir um prédio adequado para a Câmara e Cadeia, e somente em 1784 o governador Cunha Menezes decidiu levar a cabo a empreitada, que todavia não foi terminada até o século XIX. Mesmo em Mariana, única Cidade da capitania e sede do bispado desde 1745, apenas em 1768 teria sido iniciada a construção, sendo todavia o termo de arrematação datado de 1782 (Mello, 1985: 176-182). De certo modo, é a ambiguidade própria da natureza da cidade mineradora que assim se expressa,

⁶Os arraiais surgidos nos caminhos da mineração têm também um caráter de continuidade, de fluxo e de adensamento ao longo da estrada. Na costa, diferentemente, as localidades marcam uma mudança no meio de transporte, com um sentido estático. Mesmo aquelas que se inscrevem ao longo de estradas, por sua institucionalização e controle, não se estendem linearmente como nas minas. Assim, por exemplo, Silva Telles ao descrever o surgimento da vila de Vassouras no início do século XIX como “dentro do ciclo mineiro, formada à beira da estrada, em torno de uma capela...” (Estrada da Polícia e Capela de N.S. da Conceição), ressalta que a posse da terra junto à estrada nas mãos de uma irmandade confere limites e forma à povoação e “assim, a vila, em vez de seguir traçado linear, como as mineiras acima citadas, desenvolve-se ocupando compactamente toda uma área que só mais tarde vai ser ultrapassada -- as terras da Irmandade da Conceição.” (Silva Telles, 1975: 136).

⁷ Documentos originais (livros de tombos e códices) mostram as muitas dificuldades de controle a nível local e algumas tentativas da corte de exercer controle sobre a região. É particularmente interessante uma carta d’el Rei D. João V, já em 1733, dirigida ao Senado da Câmara de Vila Rica, ordenando a redução de salários em função da redução de “mineiros ricos” nos últimos dez anos, sugerindo uma preocupação com o início de uma crise econômica. D’Auria et al. (sd: 13),

onde o espaço dominante da produção mineral apenas muito lentamente cede lugar ao espaço do poder institucionalizado. De um lado, o poder central tentando controlar externamente a produção para garantir os impostos que considerava devidos; de outro, os poderes e interesses que se constituíram a nível local, em uma trama de relações urbanas e regionais que se aprofundam à medida em que a economia mineradora se expande organizando um espaço de influência cada vez mais amplo.

A multiplicidade de funções urbanas e regionais articuladas pela cidade mineradora não encontra paralelo no contexto colonial brasileiro. Maxwell (1978), dissecando os interesses locais e das representações da Coroa que levaram aos conflitos catalizados na Inconfidência Mineira, enfatiza o caráter diversificado da economia urbano-regional desenvolvida nas Minas, onde as atividades mineradoras se combinavam com a pecuária (gado e porco), a avicultura, a agricultura, os engenhos de farinha e açúcar, o comércio e o artesanato⁸. Desta forma, diversas localidades onde a produção aurífera havia se reduzido especializaram-se na produção de cereais, hortaliças, açúcar, doces e queijos, cachaça, artigos de couro, algodão, fibras de linho, etc., para abastecer o mercado local e para exportação para capitanias vizinhas, em especial, o Rio de Janeiro.

Diante da fragilidade do poder central e de sua impossibilidade de dar resposta rápida às necessidades dos espaços da fronteira mineradora, que apresentava dinâmica econômica e demográfica jamais vistas na colônia, foi a Igreja Católica, com seus desdobramentos laicos nas Ordens Terceiras, a principal responsável pela organização sócio-espacial urbana. De um lado, a dinâmica da produção, a competição pelo subsolo, a concentração ao longo dos córregos, a subida para as grapias, determinando os espaços de produção segundo a ambição da riqueza, do ouro. De outro, o sentimento religioso multiplicando as capelas e igrejas e assim organizando o espaço (proto)urbano, desde os seus primórdios nos arraiais, até sua maturidade em freguesias e paróquias organizadas.

As Ordens Terceiras desempenharam papel central na organização do espaço urbano colonial mineiro. Livres da tutela direta da Igreja oficial suportada pela Coroa Portuguesa, transformaram-se em instrumentos importantes da organização comunitária, ganhando eventualmente nítido caráter classista (e mesmo étnico). Incentivadas como alternativa organizacional à centralização da Igreja oficial, apresentavam vantagens também para a Coroa na medida em que enfraqueciam o poder eclesiástico na colônia⁹, além de reduzir custos e transferir para as próprias comunidades diversas tarefas e obrigações funcionais e financeiras. A contrapartida e consequência deste processo de descentralização do poder foi o fortalecimento de uma urbanidade e cidadania peculiares e sem paralelos na cidade colonial brasileira, próprias de uma organização político-comunitária que caracteriza a desalienação da população na produção do seu espaço de vida. As exigências crescentes de uma classe média poderosa e diversificada se manifestaram em

⁸ Maxwell mostra que a separação entre o direito de lavra e o de propriedade da superfície incentivava a obtenção da *carta de data*, que incluía o direito de extrair ouro na terra cedida pela sesmaria (1978: 111-12).

⁹ A preocupação da Coroa Portuguesa em reduzir e controlar a influência da Igreja nas regiões de mineração está sempre presente, culminando com a proibição das ordens religiosas e o controle rígido sobre os padres seculares. Ver Maxwell (1978), Boxer (1969), Mello (1985), entre outros.

investimentos urbanos e disputas de poder ao nível local, principalmente na segunda metade do século XVIII, culminando com a rebelião política que resultou em tentativa de estabelecer uma autonomia republicana na Inconfidência Mineira.

As cidades mineradoras mineiras foram assim, muito mais do que espaços de produção mineral, desde suas origens espaços de organização sócio-política e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Nesse sentido, constituíram-se de fato como cidades na acepção total do termo: espaços de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; espaços de intensa organização social e política, geradoras de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística.

Padrões de urbanização e dinâmica sócio-espacial

Murillo Marx, ainda (per)seguindo Sylvio de Vasconcellos e discutindo a questão da apropriação da terra urbana, conclui pela centralidade da organização comunitária em torno da Igreja, garantindo de um lado a institucionalização parcialmente negada e de outro, a sobrevivência econômica da comunidade organizada e da própria capela/igreja local. “Antes do barroquismo de qualquer traçado ou espaço citadino, adveio, dentro daquela sociedade pioneira e do espírito da Contra-Reforma, o solo fértil para o barroco medrar.” E insiste na interpretação de uma *urbanização barroca*: “Tal processo de urbanização levou a essa maneira alongada e sinuosa que prepara o espaço barroco. Reflete, de imediato, o mundo barroco de que proveio” (Marx, 1990/92: 391).

Entretanto, a cidade mineradora, por seu expontaneísmo, por seu brotar do próprio processo de produção ao qual apenas tardia e lentamente é justaposta a cidade política, esta sim barroca por excelência, guarda o que Sylvio de Vasconcellos chamou de *espírito medievo*, nascendo do caminhar contínuo, do caminho que se estende em direção a algum ponto nodal, referencial. Assim também, os templos que lhe dão sentido e orientação, ganham apenas no seu apogeu um caráter “goticista”, passando ao estilo rococó que se impõe ao final do século XVIII. Como várias igrejas participam de duas fases, refletem assim estilos distintos, muitas vezes contrastando interior e exterior.

Não obstante, é exatamente na inserção das capelas e igrejas no tecido urbano que se situa a dimensão barroca de que fala Marx: são os pontos de visada, a monumentalidade do espaço criado pela relação entre os monumentos religiosos (e posteriormente, cívicos) e o traçado urbanístico “medievo”, que valoriza nos meandros dos caminhamentos irregulares adaptados à topografia acidentada dominante na região as perspectivas que cria no contexto espacial geral.

De fato, fundem-se assim as duas perspectivas marcantes das chamadas *cidades barrocas* mineiras: de um lado, o caminhar cotidiano da cidade medieval carente de racionalidade formal,

brotando da espontaneidade da ocupação dos novos espaços, tomando assim “...todas as formas e tamanhos, adaptando-se livremente a todas as circunstâncias geográficas e econômicas...”. (Benévolo, 1980: 308) Na cidade mineradora, a relação espaço público/privado é potencialmente redefinida, o sentido cooperativo, denso e quase informal da ocupação do espaço sugere novas formas de autogoverno e de organização da propriedade, com forte cunho comunitário na multiplicidade de centralidades (política, religiosa, comercial). O sistema viário definido pelas próprias edificações coladas ao caminho se abre em sua expansão periférica em direção ao campo, à região, à amplidão das novas descobertas e articulações regionais. Sua unidade estilística remete à releitura gótica em direção aos céus, a Deus.

De outro lado, o barroco das grandes perspectivas, da valorização dos espaços do poder (principalmente religioso), da manifestação livre, aberta e contínua na articulação dos grandes espaços. Este caráter é manifesto no conjunto do espaço urbano que, apesar de não contar com os grandes bulevares ajardinados, as largas avenidas e parques que expressaram nas grandes cidades européias a consolidação urbanística do poder absolutista e do domínio da Igreja Católica, denotam na sua totalidade a grandiosidade do período das luzes (e das sombras), das paixões sugeridas e subsumidas na religiosidade exacerbada nas formas sensualizadas, no elogio do reencontro do homem com a natureza (Martin, 1977). Neste caso, a topografia acidentada das montanhosas cidades das minas derramando-se encosta abaixo, contribui para a valorização do jogo de massas, das profundidades variadas dos planos, da interpnetração das formas em busca da unidade do conjunto. Ávila (1984) argumenta que o desafio maior e mais belo do barroco está justamente neste buscar da expressão viva, nova e aberta no contexto obscurantista da Inquisição e do absolutismo, na resposta criativa individual ou coletiva à repressão do poder constituído.

Neste sentido, é a emergência da expressão individual e comunitária que se manifestou mais forte nas minas, no espaço virtual da riqueza e da indústria, da produção urbana coletiva, do comércio, e da urbanidade nascente, cooperativa e competitiva a um só tempo. Por sobre as manifestações das classes que emergiram do aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, no encontro racial e étnico e nas interações intensificadas pelo espaço urbano compartilhado, pairavam o poder do Estado central absolutista e da onipresente Igreja contra-reformista, balisando, (re)definindo e (re)direcionando as micro-determinações que os interesses locais impunham ao espaço.

Sylvio de Vasconcellos (1960: 83-90; 1957) identifica quatro fases ou etapas da edificação religiosa nas minas que espelham a organização social urbana ali privilegiadamente manifesta. No início, face à a pequena diferenciação social gerada pelo garimpo de aluvião foram construídas capelas dedicadas à invocação de santos, de um único altar em arquitetura de barro e madeira, de caráter “romântico-barroco”. A segunda etapa, entre as décadas de 1710-50, caracterizou-se pela estabilização do povoado/vila, com a definição das classes sociais sob a hegemonia da burguesia comercial em formação, expressando uma união em torno da construção das igrejas matrizes dedicadas à invocação do Santíssimo Sacramento, muitas vezes mediada pelo culto da Virgem Maria e abrigando santos nos altares laterais.

A terceira etapa, de 1750 ao final do século, é caracterizada pela fase rococó com predominância de mestres, artesãos, e artistas nativos, e expressa a maturidade do monumento religioso no centro urbano. Iniciaram-se as construções de pedra, tendo como marco a Matriz de Caeté, construída por Manuel Francisco Lisboa, em 1755. As classes e grupos sociais urbanos, já fortemente diferenciadas e marcadas por conflitos e rivalidades, optaram pela reconstrução e/ou construção de novas capelas dedicadas aos santos representativos das ordens terceiras e/ou ligadas a grupos étnicos, distinguindo assim os segmentos sociais e deixando as matrizes em relativa decadência e abandono.

Este foi, sem dúvida, o período áureo da arquitetura religiosa, quando as ordens terceiras construíram suas grandes obras de arte, destacando-se os Carmelitas e Franciscanos. Em Ouro Preto e São João D'el Rey, a força transformadora do artista nativo se expressou mais grandiosamente através de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho - *“o último gênio do barroco em todo o mundo”* (Bazin: 1993: 239). Nas igrejas de São Francisco de Assis, em Ouro Preto e São João D'El Rey, o artista buscou a forma curva do rococó, já sugerida na planta e na fachada principal no Carmo, em Ouro Preto, sobre risco de seu pai, Manuel Francisco Lisboa.

De fato o Rococó, em sua *“religiosidade amena, simples e piedosa”*, alheia ao iluminismo, refletia a fé e o cotidiano de comunidades locais que *“...faziam peregrinações, compareciam a festas religiosas e investiam sonhos e esperanças na construção de igrejas”*. Foi marcado pela retomada do culto à Virgem e assim estimulado pela Contra-Reforma. A tendência à forma curva, utilizando *“recessivas paredes de traçado oval ou sinuoso e tetos achatados”*, emoldurados, o coro afastado permitindo ampla perspectiva e o diálogo com as artes plásticas se mantém e se manifesta ainda mais surpreendentemente na Igreja do Rosário, em Ouro Preto e na Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Mariana, consolidando o estilo como uma contribuição e manifestação autóctones (Nicolaeff, 1997: 395)¹⁰.

A partir do século XIX, a decadência prolongada das minas provocou a paralisação das construções e redução da diferenciação social, com a retomada da cooperação da comunidade novamente reunida na antiga matriz, com fraca tendência neoclássica. (Vasconcellos, 1957). Vasconcellos usa o exemplo expressivo de Ouro Preto para enfatizar o paralelismo entre a organização urbana e a organização social em torno das capelas e matrizes: *“O ciclo evolutivo social, tão bem traduzido pelo interesse religioso que, das capelas, passa às matrizes para, depois, voltar às igrejas filiais, corresponde perfeitamente ao desenvolvimento material e econômico da Vila. Nasce a povoação dos arraiais isolados que tendem a se agrupar, depois, em um centro constituído por sua praça principal, para, mais tarde, estende-se novamente à periferia.”* (Vasconcellos, 1951: 62)

¹⁰ Nicolaeff se refere ao rococó na Baviera, Sul da Alemanha, única região do mundo onde encontrou um conjunto de igrejas com forma arquitetônica e um contexto sócio-espacial de caráter comunitário similar. Nicolaeff faz um estudo comparado de quatro igrejas em cada região (Minas e Baviera), mostrando muitos pontos em comum e explorando os possíveis elos político-culturais.

Assim, movimentos centrípetos e centrífugos se alternaram na formação das vilas mineiras, em função da dinâmica da produção e da economia urbana em formação, da organização do poder religioso e/ou governamental e da própria cultura urbana que se impunha determinando padrões urbanísticos de ocupação e produção do espaço¹¹. A fase inicial da produção centrada nas *faíscas* diretamente nas bateiadas dos cascalho dos fundos dos rios estendeu-se às áreas próximas às margens e nos leitos antigos, nos “*tabuleiros*”. Nessas fases de organização da mineração, os produtores tenderam a se igualar na sua atuação quase individual, dependendo o diferencial de riqueza de fortuidades no próprio processo de garimpagem¹².

Uma segunda fase foi marcada pelas *grupiaras*, onde fendas e rachaduras nas encostas passaram a ser visadas utilizando-se pequenas barragens e/ou rodas d’água para provocar o deslizamento do cascalho. Finalmente, as *lavras* e escavações nas encostas, que já exigiam maiores investimentos e provocaram uma diferenciação marcada entre os produtores, dando origem aos *magnatas das minas* (Maxwell, 1978), envolvidos também em várias atividades complementares no âmbito regional, como assinalado acima (ver também Boxer, 1969)¹³.

Entretanto, dada a precariedade das tecnologias mineradoras empregadas e a manutenção dos métodos predatórios de extração até o final do ciclo, houve uma prematura decadência das minas. Essa decadência prematura pode, todavia, ter contribuído para a permanência de muitas povoações que de outra forma poderiam ter sido completamente esvaziadas. Tendo sido as jazidas pouco exploradas, os rejeitos -- *recos*, na linguagem amazônica atual -- eram ainda ricos em minerais, permitindo baixa mas alguma produtividade, suficiente para a manutenção de uma economia mineradora complementar à economia de subsistência. De fato, a atividade mineradora estendeu-se não apenas pelo século XIX mas até hoje em várias dos antigos focos de mineração, às vezes como subproduto da exploração do minério de ferro, como em Itabira, ou da agropecuária, como em outros municípios da região.

De outra parte, a rápida expansão do comércio nas vilas teve papel importante tanto na consolidação urbana quanto na distribuição da riqueza. Os altíssimos preços dos produtos na região mineradora implicam lucros também altos na atividade comercial e as lojas, de tão bem abastecidas no período de maturidade das vilas, foram comparadas às européias e decantadas

¹¹ O caso de Mariana, primeira capital provincial, foge à regra dado seu planejamento para elevação à categoria de cidade, em 1745, quando tornada sede do bispado. O controle rígido que a Igreja e o Estado exerceram nessa localidade aparentemente inibiram seu crescimento e ocupação no apogeu do ciclo do ouro

¹² Ver: Boxer (1969); Vasconcellos (1951, 1957, 1960, 1977); Furtado de Menezes (1975); Mello (1985); Buarque de Holanda (1977).

¹³ Vasconcellos identifica uma “.... *pobreza dos grão-senhores*” da burguesia urbana mineira face às aristocracias rurais “*tradicionais*” de outras áreas de economia “*estável*” da colônia, uma interpretação no mínimo controversa (Vasconcellos 1951: 63). Há consenso, todavia, entre os autores em ressaltar o caráter diferencial de Diamantina, onde o monopólio e o rígido controle da Coroa reduziram as oportunidades (pelo menos as legais) dos pequenos produtores, dando origem a uma “aristocracia ou nobreza” ímpar na colônia, fato reconhecido e ressaltado pelos viajantes no século XIX.

por visitantes e vários autores¹⁴. Fortunas se fizeram, talvez resultantes mais das atividades domésticas complementares do que da própria base econômica aurífera. Em Vila Rica, o governo local se preocupava em proteger e garantir a concentração comercial urbana proibindo, já em 1713 a instalação de comércios a uma légua da vila e, em 1714, *tavernas e cozinhas* nas lavras (Mello, 1985). A própria toponímia evidenciava a diversidade de oferta e a competição, expressando economias de urbanização que indicavam a concentração espacial de serviços e/ou comércio de mesmo: Ladeira dos Caldeireiros, rua dos Mercadores, Beco dos Ferreiros, confirmando o caráter de lugar central que as vilas desempenhavam na região mineradora.

A efervescência urbana que caracterizou as minas no século XVIII, a distribuição da riqueza como jamais vista na colônia (e na metrópole), o grande afluxo demográfico, a demanda por produtos importados e as tentativas repetidas de produção local (sistematicamente reprimidas pela Coroa), a intensa atividade comercial e de serviços constituíram de fato uma economia urbano-regional articulada que teve impacto definitivo no Brasil. A urbanidade assim construída garantiu sua permanência mesmo depois da exaustão quase total das minas e o sentido libertário que tal cultura urbana impôs à colônia não arrefeceu com o fracasso da revolução inconfidente. Ao contrário, disseminou-se para outras capitanias, foi incorporada a propostas de reforma da administração real na colônia (Maxwell, 1978), deixou marcas perenes na construção da nação que se consolidou no século XIX.

Bibliografia

- ÁVILA, Affonso. *Iniciação ao Barroco Mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984.
- BAIROCH, Paul. *Cities and Economic Development: from the dawn of history to the present*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BAZIN, Germain. *Barroco e Rococó*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENEVOLO, Leonardo. *The History of the City*. Cambridge: MIT Press, 1980.
- BOOKCHIN, Murray. *The Rise or Urbanization and the Decline of Citizenship*. San Francisco, Sierra Club Books, 1987.
- BOXER, C.R. *The Golden Age of Brazil: 1695-1750*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 1969.
- . *Four Centuries of Portuguese Expansion: 1415-1825*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press: Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1972.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1977 (Tomo I, volume 2, Administração, Economia, Sociedade). (4a. edição).
- COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. In: SILVA TELLES, A.C. et al. *Arquitetura Civil*

¹⁴ Vasconcellos cita Taunay para comparar preços em São Paulo e nas minas: o alqueire de farinha de 640 réis em São Paulo era vendido nas minas por 43.000 réis; a libra de açúcar de 120 por 1.200 réis; e a arroba de carne verde de 200 réis a 6.000 réis. (Vasconcellos, 1951: 56-57)

- II. São Paulo: FAUUSP; Brasília: MEC-IPHAN, 1975, p.89-98. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).
- D'AURIA, Carla A. et al. *Evolução Urbana de Ouro Preto- Inventário Nacional de Bens Imóveis*. s.d., s.n. (Relatório Final).
- DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p.89-128. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- FERNANDES, Simone M.S. *Inventário dos Mortos do Arraial do Tijuco: estudo comparativo das relações de bens com a visão dos viajantes estrangeiros no primeiro quartel do século XIX*. Ouro Preto: IFAC/UFOP, 1997. (Monografia do VII Curso de Pós-graduação Latu Sensu em Cultura e Arte Barroca).
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. (Relatório Síntese). Belo Horizonte: FJP, 1975.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1971.
- FURTADO DE MENEZES, Joaquim. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1975.
- GEIGER, P.P. *Evolução da Rêde Urbana Brasileira*. RJ: MEC/INEP, 1963.
- JACOBS, Jane. *The Economy of Cities*. New York: 1969.
- LEFÈBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.
- . *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.
- . *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza, 1972.
- MACHADO, Lourival Gomes. O Barroco em Minas Gerais. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p.45-57 (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- MARTIN, John R. *Baroque*. New York: London: San Francisco: Harper & Row Pub., 1977.
- MARX, Karl. The German Ideology. In: TUCKER, R.C. (ed.) *The Marx-Engels Reader*. New York: London: W.W.Norton, 1978.
- MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.
- . *Cidade no Brasi, Terra de Quem?* São Paulo: Nobel: EDUSP, 1991.
- . Arraiais Mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos. *Barroco*, 15: 389-393. Belo Horizonte, 1990-1992.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENEZES, Joaquim F. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975.
- MORAN, Emilio F. *Through Amazonian Eyes: The Human Ecology of amazonian Populations*. Iowa City: University of Iowa Press, 1993.
- MORSE, Richard M. Brazil's Urban Development: Colony and Empire. *Journal of Urban History*, 1(1): 39-72. Sage, Nov.1974.
- MORRIS, Anthony .E.J. *History of the Urban From: Before the Industrial Revolutions*. New York: John Wiley & Sons, 1986.
- MUMFORD, Lewis. *The City in History*. London: Penguin Books: Martin Secker & Warburg, 1961.

- NICOLAEFF, Alex. Igrejas Rococó em Minas e na Baviera. *Barroco*, 15: 395-400. Belo Horizonte, 1990-1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano. *Espaço e Debates*. São Paulo, 1982.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REIS FILHO, Nestor G. Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil. *Barroco*, 15: 229-236. Belo Horizonte, 1990-1992.
- . *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1968.
- SILVA TELLES, Augusto C. da. Vassouras - Estudo da Construção Residencial Urbana. In: SILVA TELLES, A.C.. et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP: Brasília: MEC-IPHAN, 1975, p115-246. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).
- SJOBERG, Gideon. *The Preindustrial City: Past and Present*. New York: The Free Press: London: Collier-Macmillan, 1965.
- SPEAR, Percival. *A History of India*. (volume 2). New Delhi: Penguin Books India, 1978.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura, Dois Estudos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960. (Cadernos do Rio Grande).
- . Formação Urbana do Arraial do Tejuco. In: SILVA TELLES, A.C.S. et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP: Brasília: MEC-IPHAN, 1975, p. 99-114. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).
- . *Arquitetura no Brasil: pintura e outros temas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.
- . *Arquitetura Particular em Vila Rica*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1951. (Tese de cátedra, Arquitetura no Brasil).
- . A Arquitetura Colonial Mineira. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p.59-78. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- . *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - Residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.